

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	8
DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	32
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	33
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	34
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	35
--	----

Motivos de Reapresentação	36
---------------------------	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2020</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	58.736.269
Preferenciais	44.206.287
<b>Total</b>	<b>102.942.556</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	154.700
Preferenciais	131.600
<b>Total</b>	<b>286.300</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	22/01/2020	Juros sobre Capital Próprio	16/03/2020	Ordinária		0,03490
Reunião do Conselho de Administração	22/01/2020	Juros sobre Capital Próprio	16/03/2020	Preferencial		0,28110

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
1	Ativo Total	6.925.338	6.123.759
1.01	Ativo Circulante	3.840.695	3.070.207
1.01.01	Disponibilidades	6.294	7.255
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	997.141	103.516
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	997.141	103.516
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	572.163	816.272
1.01.03.01	Carteira Própria	554.557	140.549
1.01.03.04	Vinculados a Prestação de Garantias	11.494	669.569
1.01.03.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.112	6.154
1.01.04	Relações Interfinanceiras	2.270	1.693
1.01.06	Operações de Crédito	2.190.580	2.061.921
1.01.06.01	Setor Privado	2.207.887	2.077.930
1.01.06.02	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	447	994
1.01.06.03	(Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa)	-17.754	-17.003
1.01.08	Outros Créditos	56.450	67.696
1.01.08.02	Diversos	56.479	67.721
1.01.08.03	Rendas a Receber	0	4
1.01.08.04	(Provisão p/ Outros Créditos Liquid. Duvidosa)	-29	-29
1.01.09	Outros Valores e Bens	15.797	11.854
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	2.278	2.017
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-1.012	-890
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	14.531	10.727
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.075.552	3.044.322
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	3.302	2.075
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.302	2.075
1.02.05	Operações de Crédito	2.859.929	2.820.923
1.02.05.01	Setor Privado	2.905.343	2.865.455
1.02.05.03	(Provisão p/ Créditos de Liquid. Duvidosa)	-45.414	-44.532
1.02.07	Outros Créditos	201.839	212.702
1.02.07.01	Diversos	201.899	212.799
1.02.07.02	(Provisão p/ Créditos de Liq. Duvidosa)	-60	-97
1.02.08	Outros Valores e Bens	10.482	8.622
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	10.482	8.622
1.03	Ativo Permanente	9.091	9.230
1.03.01	Investimentos	35	35
1.03.01.04	Outros Investimentos	592	592
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-557	-557
1.03.02	Imobilizado de Uso	7.318	7.465
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	16.831	16.472
1.03.02.03	(Depreciação Acumulada)	-9.513	-9.007
1.03.04	Intangível	1.738	1.730
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	4.364	4.371
1.03.04.02	(Amortização Acumulada)	-2.626	-2.641

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
2	Passivo Total	6.925.338	6.123.759
2.01	Passivo Circulante	2.809.568	2.873.366
2.01.01	Depósitos	2.623.785	2.667.862
2.01.01.01	Depósitos Interfinanceiros	2.623.785	2.667.862
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	3.666	5.338
2.01.07.01	BNDES	695	853
2.01.07.02	FINAME	2.971	4.485
2.01.09	Outras Obrigações	182.117	200.166
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos	536	1.214
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	5.130	19.150
2.01.09.03	Fiscais e Previdenciárias	18.616	28.254
2.01.09.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	109.794	93.893
2.01.09.06	Diversos	48.041	57.655
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	3.140.451	2.286.909
2.02.01	Depósitos	2.641.997	1.787.847
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	2.641.997	1.787.847
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.685	2.224
2.02.07.01	BNDES	685	793
2.02.07.02	FINAME	1.000	1.431
2.02.09	Outras Obrigações	496.769	496.838
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	103.595	103.149
2.02.09.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	366.782	363.222
2.02.09.03	Diversos	26.392	30.467
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	11.376	12.590
2.05	Patrimônio Líquido	963.943	950.894
2.05.01	Capital Social Realizado	448.030	448.030
2.05.01.01	De Domiciliados no País	424.318	424.331
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	23.712	23.699
2.05.02	Reservas de Capital	2.712	3.046
2.05.02.01	Reservas de Capital	4.099	4.099
2.05.02.02	Outras Reservas de Capital - Ações em Tesouraria	-1.387	-1.053
2.05.04	Reservas de Lucro	499.818	499.818
2.05.04.01	Legal	68.459	68.459
2.05.04.02	Estatutária	431.359	431.359
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	13.383	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	145.980	154.672
3.01.01	Operações de Crédito	166.083	161.906
3.01.02	Resultado de Operações com T.V.M.	16.282	23.373
3.01.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	-37.898	-34.556
3.01.04	Oper. Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	1.513	3.949
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-67.943	-82.166
3.02.01	Operações de Captações no Mercado	-59.173	-75.414
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-98	-309
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-8.646	-6.316
3.02.05	Oper. Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	-26	-127
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	78.037	72.506
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-54.737	-53.236
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	12.221	13.168
3.04.02	Despesas de Pessoal	-31.478	-29.104
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-25.943	-19.984
3.04.04	Despesas Tributárias	-5.714	-5.563
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	6.355	4.826
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-10.178	-16.579
3.05	Resultado Operacional	23.300	19.270
3.06	Resultado Não Operacional	-120	269
3.06.01	Receitas	86	525
3.06.02	Despesas	-206	-256
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	23.180	19.539
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-8.454	-6.898
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-5.871	-5.115
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-3.700	-3.257
3.08.03	Ativo Fiscal Diferido	1.117	1.474
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-1.343	-1.326
3.10.01	Participações	-1.343	-1.326
3.10.01.01	Empregados	-1.343	-1.326
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	13.383	11.315
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,13037	0,11014

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	13.383	11.315
4.03	Resultado Abrangente do Período	13.383	11.315

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	907.949	96.975
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	18.274	24.596
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	13.383	11.315
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	567	489
6.01.01.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.646	6.316
6.01.01.04	Ajustes de Provisão para Passivos Contingentes	-4.198	7.118
6.01.01.05	Ajustes de Atualização de Depósito Judicial e Impostos a Compensar	-246	-196
6.01.01.06	Ajustes Provisão p/ Desvalorização Outros Valores e Bens	122	-446
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	889.675	72.379
6.01.02.01	(Aum.) Red. em Títulos e Valores Mobiliários	242.882	-67.379
6.01.02.02	(Aum.) Red. Operações de Crédito	-176.349	-135.928
6.01.02.03	(Aum.) Red. Outros Créditos	22.393	17.320
6.01.02.04	(Aum.) Red. Outros Valores e Bens	-5.785	-888
6.01.02.05	(Aum.) Red. Relações Interfinanceiras	-577	1.711
6.01.02.06	Aum. (Red.) Depósitos	810.073	255.741
6.01.02.07	Aum. (Red.) Obrig. Empréstimos e Repasses	-2.211	-5.369
6.01.02.08	Aum. (Red.) Instrum. Financeiros Derivativos	19.462	20.660
6.01.02.09	Aum. (Red.) Outras Obrigações	-5.573	1.210
6.01.02.10	Aum. (Red.) Resultado de Exercícios Futuros	-1.214	-2.721
6.01.02.11	Pagamento de Imp. de Renda e Contrib. Social	-13.426	-11.978
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-567	-679
6.02.01	Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	-412	-1.624
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso	-280	-548
6.02.03	Aplicações no Intangível	-177	-287
6.02.04	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	272	1.475
6.02.05	Alienação de Imobilizado de Uso	30	10
6.02.06	Dividendos Recebidos	0	295
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-14.718	-9.184
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-14.384	-9.168
6.03.03	Aquisição de ações de emissão próprio	-334	-16
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	892.664	87.112
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	110.771	898.078
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.003.435	985.190



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Capital</b>	<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldo Inicial	448.030	3.046	0	499.818	0	0	950.894
5.03	Saldo Ajustado	448.030	3.046	0	499.818	0	0	950.894
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	13.383	0	13.383
5.10	Ações em Tesouraria	0	-334	0	0	0	0	-334
5.13	Saldo Final	448.030	2.712	0	499.818	13.383	0	963.943

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Capital</b>	<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldo Inicial	423.430	3.183	0	472.447	0	0	899.060
5.03	Saldo Ajustado	423.430	3.183	0	472.447	0	0	899.060
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	11.315	0	11.315
5.10	Ações em Tesouraria	0	-16	0	0	0	0	-16
5.13	Saldo Final	423.430	3.167	0	472.447	11.315	0	910.359

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019</b>
7.01	Receitas	155.790	166.619
7.01.01	Intermediação Financeira	145.980	154.672
7.01.02	Prestação de Serviços	12.221	13.168
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-8.646	-6.316
7.01.04	Outras	6.235	5.095
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-59.297	-75.850
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-33.374	-33.959
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-1.090	-1.169
7.03.02	Serviços de Terceiros	-32.284	-32.790
7.04	Valor Adicionado Bruto	63.119	56.810
7.05	Retenções	-567	-489
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-567	-489
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	62.552	56.321
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	62.552	56.321
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	62.552	56.321
7.09.01	Pessoal	28.348	26.299
7.09.01.01	Remuneração Direta	20.836	18.773
7.09.01.02	Benefícios	5.830	5.967
7.09.01.03	F.G.T.S.	1.682	1.559
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.642	16.592
7.09.02.01	Federais	17.633	15.545
7.09.02.02	Estaduais	6	7
7.09.02.03	Municipais	1.003	1.040
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.179	2.115
7.09.03.01	Aluguéis	2.178	2.115
7.09.03.02	Outras	1	0
7.09.03.02.01	Doações Filantrópicas	1	0
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.383	11.315
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.383	11.315

## Comentário do Desempenho

### Senhores Acionistas,

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as informações trimestrais da **FINANCEIRA ALFA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos** (“Companhia”) relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019, acompanhadas do Relatório sobre a revisão de informações trimestrais e do Parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Companhia no trimestre. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

### DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

#### Resultado do trimestre

O lucro líquido da Companhia no trimestre atingiu R\$ 13.383 mil (1º trimestre/2019 R\$ 11.315 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 5,75% (1º trimestre/2019 5,13%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 950.894 mil (inicial de 2019 R\$ 899.060 mil). A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu o lucro líquido de R\$ 130,37 (1º trimestre/2019 R\$ 110,14).

#### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido atingiu R\$ 963.943 mil ao final do trimestre (1º trimestre/2019 R\$ 910.359 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 9.390,03 (1º trimestre/2019 R\$ 8.861,26).

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/04/2020, a ser homologada pelo Banco Central do Brasil, aprovou o aumento do capital social para R\$ 473.930 mil mediante incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 25.900 mil.

Conforme autorização do Conselho de Administração, a Companhia adquiriu no trimestre o total de 27.800 ações ordinárias e 29.500 ações preferenciais, em Bolsa de Valores e a preços de mercado para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação, sem redução do capital social.

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 19,42% ao final do trimestre (31/12/2019 20,06%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

#### Recursos Captados

O volume de recursos captados pela Companhia atingiu R\$ 5.271.586 mil na data do balanço (31/12/2019 R\$ 4.464.283 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 5.265.782 mil (31/12/2019 R\$ 4.455.709 mil) em depósitos interfinanceiros, R\$ 5.351 mil (31/12/2019 R\$ 7.562 mil) em repasses do BNDES e FINAME e R\$ 453 mil (31/12/2019 R\$ 1.012 mil) em obrigações por venda de ativos financeiros.

#### Ativos e Empréstimos

O ativo total alcançou R\$ 6.925.338 mil ao final do trimestre (31/12/2019 R\$ 6.123.759 mil). A carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiu R\$ 575.465 mil na data do balanço (31/12/2019 R\$ 818.347 mil). A Companhia classificou 100% dos títulos e valores mobiliários na categoria “títulos para negociação”.

A carteira de crédito, incluindo relações interfinanceiras de R\$ 2.270 mil (31/12/2019 R\$ 1.693 mil) e o ajuste positivo a valor de mercado da carteira de crédito objeto de “hedge” no montante de R\$ 260.607 mil (31/12/2019 R\$ 268.360 mil, também positivo), conforme Carta Circular do BACEN nº 3.624 de 26/12/2013, atingiu R\$ 5.156.444 mil ao final do trimestre (31/12/2019 R\$ 4.997.754 mil). O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 58.457 mil (31/12/2019 R\$ 55.580 mil), correspondente a 1,19% (31/12/2019 1,18%) do total da carteira de crédito.

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 63.257 mil (31/12/2019 R\$ 61.661 mil), representando 1,29% (31/12/2019 1,30%) do total da carteira de crédito, 27,36% (31/12/2019 28,27%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999.

## Comentário do Desempenho

### OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 27/07/2015.

### DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras da **Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos**, ou pessoas a ela ligadas, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 11 de maio de 2020, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório sobre a revisão de informações trimestrais e com as informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 31/03/2020.

### AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento da **Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos** ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 11 de maio de 2020.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

Este Relatório da Administração preparado pela Diretoria foi examinado e aprovado em reunião do Conselho de Administração de 11 de maio de 2020.

## Notas Explicativas

### 01. ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

#### a) Atividade e Estrutura do Grupo:

A **Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos** (“Companhia”) é instituição integrante do Conglomerado Financeiro Alfa, o qual é liderado pelo Banco Alfa de Investimento S.A. que tem suas origens no exercício de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e, posteriormente, criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento, Companhia Real de Investimento – C.F.I., Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa, que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado Financeiro Alfa (“Conglomerado”), é composto por 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial.

As seguintes instituições financeiras compõem o Conglomerado:

- Banco Alfa de Investimento S.A. (instituição líder do Conglomerado) e suas controladas: Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (BRI Participações Ltda., também controlada pelo Banco Alfa de Investimento mas não se trata de empresa financeira);
- Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos;
- Banco Alfa S.A.

O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- Crédito, Financiamento e Investimentos são companhias abertas com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”).

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santo André, Sorocaba e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador da Financeira Alfa S.A., possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nesta demonstração financeira: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa); Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica) e Indústria de Couro (Soubach).

#### b) Apresentação das informações trimestrais:

As informações trimestrais da Companhia foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas informações trimestrais foram concluídas em 08/05/2020 e aprovadas pelo Conselho Fiscal em 11/05/2020.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários.

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), dependem de normatização por parte do CMN (Conselho Monetário Nacional). Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às informações trimestrais de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) o pronunciamento estrutural conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

## Notas Explicativas

### 02. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

**a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita e, a partir do 60º dia deixam de ser apropriadas e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

**b) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002, (vide notas explicativas nº 4b e 15). A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure montante suficiente e adequado para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 5 letras “c” e “d”).

**c) Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001:

I – Títulos para negociação;

II – Títulos disponíveis para venda;

III – Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria “títulos para negociação” são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

Na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria “títulos disponíveis para venda” estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida:

- i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação”; e
- ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia.

As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidas no resultado do período.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data do balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado, especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, estes valores são obtidos através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço.

**d) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias da Companhia. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são classificados de acordo com sua natureza em:

• *Hedge* de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado;

## Notas Explicativas

- **Hedge** de Fluxo de Caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido.

A Companhia não realizou até o momento, operação com instrumento financeiro derivativo com o objetivo de proteção (“hedge”) com natureza de “hedge de fluxo de caixa”.

A Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 15, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de SWAP registrados na B3, classificados como “Hedge de Risco de Mercado”, tendo como objeto operações de crédito.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço divulgadas pela B3.

As operações de crédito designadas para “hedge” risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, entretanto, nas mensurações subsequentes reconhecem-se em resultado as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção (“hedge”), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 15.

### e) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de janeiro de 2012, as cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367, de 11/09/2014. As cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus ativos financeiros objetos da cessão registrados no ativo, na rubrica de “Operações de Crédito Vinculadas a Cessão”. Os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida, rubrica “Outras Obrigações – Diversas – Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão”, e as receitas e despesas apropriadas de forma segregada ao resultado pelos prazos remanescentes das operações.

As cessões de crédito com transferência dos riscos, os ativos financeiros adquiridos são registrados no ativo pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original, na rubrica “Operações de Crédito”, mantidos controles analíticos sobre os valores originalmente contratados.

**f) Ativo permanente:** Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: veículos e processamento de dados 20%, móveis e utensílios e instalações 10% e;
- Amortização, basicamente, de despesas com melhorias em imóveis de terceiros e com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos.

**g) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**h) Impostos e contribuições:** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15%), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pela Companhia a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota nº 8b).

**i) Estimativas contábeis:** No processo de elaboração das informações trimestrais da Companhia, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas informações trimestrais. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota nº 5d);
- Instrumentos financeiros derivativos (vide nota nº 15);
- Ativos tributários diferidos (vide nota nº 8b); e
- Passivos contingentes (vide nota nº 11).



## Notas Explicativas

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das informações trimestrais e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados.

**j) Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009, e Carta-Circular BACEN nº 3.429 de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros.

- i) Ativos contingentes – não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.
- ii) Passivos contingentes – fiscais e previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota nº 11) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

**k) Moeda funcional e de apresentação:** As informações trimestrais estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as informações trimestrais expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

### 03. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A Companhia possui certificados de depósitos interfinanceiros com empresa do Conglomerado no montante de R\$ 997.141 (31/12/2019 R\$ 103.516) com taxas indexadas a 100,0% do CDI (pós-fixada) e prazos de vencimento até 30/04/2020.

### 04. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

#### a) Composição de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Carteira própria - livres:		
Letras financeiras do tesouro	554.557	140.549
Vinculados a prestação de garantias:		
Letras financeiras do tesouro	11.494	669.569
<b>TOTAL - títulos e valores mobiliários</b>	<b>566.051</b>	<b>810.118</b>
Swaps – diferencial a receber (nota 15d)	9.414	8.229
<b>TOTAL – instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>9.414</b>	<b>8.229</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>575.465</b>	<b>818.347</b>

#### b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e vencimento:

	90 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080	Saldo em 31/03/2020	Saldo em 31/12/2019
<b>Títulos para negociação</b>					
Letras financeiras do tesouro (i)	19.575	451.361	95.115	566.051	810.118
<b>% Concentração por prazo</b>	<b>3,5%</b>	<b>79,7%</b>	<b>16,8%</b>	<b>100,0%</b>	

- “Títulos para negociação”: O valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço, obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

(i) O ajuste negativo dos Títulos para Negociação no montante de R\$ 49 (31/12/2019 R\$ 87 positivo), obtido entre os valores de custo R\$ 566.100 (31/12/2019 R\$ 810.031) e de mercado R\$ 566.051 (31/12/2019 R\$ 810.118), foi registrado sob o título “Resultado com Títulos e Valores Mobiliários”. Os títulos privados são custodiados na B3 e os títulos públicos no SELIC.

#### c) Composição dos títulos vinculados a prestação de garantias:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	-	658.723
Títulos dados em garantia em ações judiciais	11.494	10.846
<b>Total</b>	<b>11.494</b>	<b>669.569</b>

**Notas Explicativas****5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO****a) Composição da carteira de crédito por setor de atividade:**

Setores de atividade:	31/03/2020		31/12/2019	
	Valor	%	Valor	%
Setor privado				
Rural	52.633	1,1	36.478	0,8
Indústria	97.025	2,0	37.264	0,8
Comércio	586.762	12,0	563.598	11,9
Instituições financeiras	28.283	0,6	52.372	1,1
Outros serviços	311.159	6,4	321.415	6,8
Pessoas físicas	3.817.705	77,9	3.716.574	78,6
<b>Total da carteira</b>	<b>4.893.567</b>	<b>100,0</b>	<b>4.727.701</b>	<b>100,0</b>
Empréstimos	3.007.049	61,4	2.865.148	60,6
Financiamentos	1.845.574	37,7	1.809.877	38,3
Operações de crédito vinculados a cessão	447	-	994	-
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão (nota 6)	28.120	0,6	36.125	0,8
Outros créditos (nota 6)	12.377	0,3	15.557	0,3
<b>Total da carteira</b>	<b>4.893.567</b>	<b>100,0</b>	<b>4.727.701</b>	<b>100,0</b>
Ajuste ao valor mercado - item objeto hedge	260.607		268.360	
Relações interfinanceiras (*)	2.270		1.693	
<b>Total global</b>	<b>5.156.444</b>		<b>4.997.754</b>	

(\*) Refere-se a títulos e créditos a receber sem coobrigação do cedente ou retenção de riscos e benefícios.

**b) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento:**

Parcelas por Faixas de Vencimento:	31/03/2020				31/12/2019			
	A vencer	Vencidos	Total	%	A vencer	Vencidos	Total	%
<b>A vencer</b>								
- até 180 dias	1.395.528	14.384	1.409.912	28,8	1.353.093	13.958	1.367.051	28,9
- de 181 a 360 dias	826.369	9.545	835.914	17,1	770.115	9.211	779.326	16,5
- acima de 360 dias	2.613.213	24.858	2.638.071	53,9	2.548.913	23.443	2.572.356	54,4
<b>Total vincendas</b>	<b>4.835.110</b>	<b>48.787</b>	<b>4.883.897</b>	<b>99,8</b>	<b>4.672.121</b>	<b>46.612</b>	<b>4.718.733</b>	<b>99,8</b>
<b>Vencidas</b>								
- até 60 dias	-	3.858	3.858	0,1	-	3.575	3.575	0,1
- de 61 a 180 dias	-	3.948	3.948	0,1	-	3.666	3.666	0,1
- acima de 180 dias	-	1.864	1.864	-	-	1.727	1.727	0,0
<b>Total vencidas</b>	<b>-</b>	<b>9.670</b>	<b>9.670</b>	<b>0,2</b>	<b>-</b>	<b>8.968</b>	<b>8.968</b>	<b>0,2</b>
<b>Total da carteira</b>	<b>4.835.110</b>	<b>58.457</b>	<b>4.893.567</b>	<b>100,0</b>	<b>4.672.121</b>	<b>55.580</b>	<b>4.727.701</b>	<b>100,0</b>

**c) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco**

A Resolução CMN nº. 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

Níveis de Risco:	31/03/2020					31/12/2019				
	Saldo da Carteira de Crédito (*)			Provisão		Saldo da Carteira de Crédito (*)			Provisão	
	A Vencer	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil	A Vencer	Vencidos	Total	Mínima Exigida	Contábil
AA	245.468	-	245.468	-	-	254.654	-	254.654	-	-
A	4.437.793	-	4.437.793	22.189	25.296	4.267.865	-	4.267.865	21.339	24.327
B	131.406	10.146	141.552	1.415	3.723	128.927	11.950	140.877	1.409	3.804
C	8.921	14.063	22.984	690	2.285	7.957	10.438	18.395	552	1.821
D	5.295	7.124	12.419	1.242	3.723	6.659	5.291	11.950	1.195	3.573
E	930	5.058	5.988	1.797	2.994	2.352	6.231	8.583	2.575	4.291
F	1.851	5.242	7.093	3.547	4.965	306	4.798	5.104	2.552	3.572
G	2.014	2.935	4.949	3.465	4.949	2.074	4.010	6.084	4.259	6.084
H	1.432	13.889	15.321	15.322	15.322	1.327	12.862	14.189	14.189	14.189
<b>Total</b>	<b>4.835.110</b>	<b>58.457</b>	<b>4.893.567</b>	<b>49.667</b>	<b>63.257</b>	<b>4.672.121</b>	<b>55.580</b>	<b>4.727.701</b>	<b>48.070</b>	<b>61.661</b>

(\*) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

## Notas Explicativas

### d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	1º Trimestre	
	2020	2019
Saldo inicial do período	(61.661)	(59.302)
Complemento líquido de reversão	(8.646)	(6.316)
Baixas líquidas dos valores recuperados	7.050	5.777
<b>Saldo final do período</b>	<b>(63.257)</b>	<b>(59.841)</b>

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu o montante de R\$ 63.257 (31/12/2019 R\$ 61.661), correspondente a 1,29% (31/12/2019 1,30%) do total da carteira, desconsiderando o montante do ajuste a valor de mercado da carteira de crédito objeto de “hedge” e as relações interfinanceiras. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas.

No trimestre foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 7.275 (1º trimestre/2019 R\$ 6.334), e ocorreram recuperações no montante de R\$ 1.775 (1º trimestre/2019 R\$ 2.320). O saldo das operações renegociadas era de R\$ 43.535 (31/12/2019 R\$ 35.130) na data do balanço. O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco.

### e) Cessão de crédito

As operações de cessão de crédito são contabilizadas conforme descrito na nota explicativa nº 2 “e” destas informações trimestrais.

O saldo das operações de crédito cedidas com retenção de riscos contabilizadas segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, atualizado pelas taxas originais das operações de crédito e considerando as amortizações no trimestre, perfaz o montante de R\$ 447 (31/12/2019 R\$ 994), tendo sido reconhecida no 1º trimestre receita de juros para estas operações o montante de R\$ 34 (1º trimestre/2019 R\$ 205), e estão registradas na demonstração de resultado sob a rubrica “Rendas de Operações de Crédito – Rendas de Empréstimos”.

O saldo correspondente destas operações, relativo ao valor recebido pela Companhia nestas transações, atualizado pela taxa do contrato de cessão, e considerando as amortizações realizadas, está refletido no passivo no montante de R\$ 453 (31/12/2019 R\$ 1.012), tendo sido apropriadas no 1º trimestre despesas de juros no montante de R\$ 26 (1º trimestre/2019 R\$ 127) registrado na rubrica “Despesas da Intermediação Financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações cedidas com retenção de riscos segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, é efetuada conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, e está registrado no montante de R\$ 2 (31/12/2019 R\$ 4).

A partir de Novembro/2016 a Companhia vem adquirindo carteira de operações de crédito consignado via cessão de operações de crédito com transferência dos riscos com instituição financeira ligada. O volume de transação destas operações no trimestre corresponde a R\$ 206.019 (1º trimestre/2019 R\$ 191.142), registrada em conta adequada do ativo, na rubrica “Operações de Crédito”, tendo sido reconhecidas no trimestre receitas no montante de R\$ 27.561 (1º trimestre/2019 R\$ 27.985) registradas na rubrica “Rendas de Operações de Crédito – Rendas de Empréstimos”.

## 06. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	31/03/2020	31/12/2019
Créditos tributários (nota 8b)	159.408	160.813
Depósitos judiciais	41.489	41.173
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão (*)	28.120	36.125
Carteira de crédito - recursos em trânsito	8.666	17.996
Títulos e créditos a receber	12.377	15.557
Prêmio na venda de operações de crédito - ligadas	6.866	7.219
Outros créditos	1.452	1.637
<b>Total</b>	<b>258.378</b>	<b>280.520</b>

(\*) Refere-se a operações de crédito pessoal consignado adquiridas com cláusula de coobrigação junto a instituições ligadas. Para registro das operações de crédito adquiridas foi observado o critério contábil estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08.

## Notas Explicativas

### 07. DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se substancialmente a valores pagos a título de intermediação de negócios às revendas de veículos e às lojas de departamento no montante de R\$ 17.253 (31/12/2019 R\$ 15.298) e comissão de fiança bancária no montante de R\$ 5.400 (31/12/2019 R\$ 2.088). Essas despesas, quando não são pagas ou financiadas pelos clientes, são apropriadas ao resultado com base no prazo contratual da operação de crédito.

### 08. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	1º Trimestre	
	2020	2019
<b>Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidas as participações no resultado</b>	<b>21.837</b>	<b>18.213</b>
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (*)	(8.735)	(7.285)
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	(871)	(928)
Créditos Amortizados para prejuízo	(287)	191
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(638)	(220)
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	2.763	(282)
Obrigações fiscais diferidas	(15)	(26)
Ativo fiscal diferido	1.117	1.474
Outros valores (**)	(1.788)	178
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(8.454)</b>	<b>(6.898)</b>
<b>Sendo:</b>		
<b>Impostos correntes</b>	<b>(9.556)</b>	<b>(8.346)</b>
<b>Impostos diferidos</b>	<b>1.102</b>	<b>1.448</b>
<b>Despesa contabilizada</b>	<b>(8.454)</b>	<b>(6.898)</b>

(\*) Vide nota explicativa nº 2h.

(\*\*) Em 2020, refere-se basicamente a constituição de provisão para serviço de tecnologia.

#### b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2019	Constituição	Realização	31/03/2020
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	14.416	202	(2.928)	11.690
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	24.664	5.542	(4.904)	25.302
Créditos amortizados para prejuízo	6.043	553	(266)	6.330
Outros créditos tributários	3.421	3.896	(1.909)	5.408
Derivativos	112.269	8.939	(10.530)	110.678
<b>Total - crédito tributário ativo</b>	<b>160.813</b>	<b>19.132</b>	<b>(20.537)</b>	<b>159.408</b>
Derivativos	(113.238)	(8.530)	11.052	(110.716)
Outros	(1.088)	(18)	3	(1.103)
<b>Total - obrigações fiscais diferidas</b>	<b>(114.326)</b>	<b>(8.548)</b>	<b>11.055</b>	<b>(111.819)</b>
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>46.487</b>			<b>47.589</b>
<b>% sobre patrimônio líquido</b>	<b>4,8%</b>			<b>4,9%</b>

A Administração da Companhia, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 31/12/2019, estimou que a realização do crédito tributário ativo ocorrerá na seguinte proporção:

Realização					
1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	+ 5 anos
17%	26%	17%	15%	12%	13%

Em 31/12/2019, o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic totalizava R\$ 41.616.

## Notas Explicativas

### 09. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

#### Composição de recursos captados por prazos de vencimento:

	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total 31/03/2020
Depósitos interfinanceiros (i)	1.087.433	1.536.352	2.636.090	5.907	5.265.782
Obrigações por repasses (ii)	1.376	2.290	1.605	80	5.351
Obrigações por operações de venda de ativos financeiros	365	88	-	-	453
<b>Total de captações</b>	<b>1.089.174</b>	<b>1.538.730</b>	<b>2.637.695</b>	<b>5.987</b>	<b>5.271.586</b>
<b>% concentração por prazo</b>	<b>20,7%</b>	<b>29,2%</b>	<b>49,9%</b>	<b>0,2%</b>	<b>100,0%</b>

  

	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	De 361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	Total 31/12/2019
Depósitos interfinanceiros (i)	1.049.448	1.618.414	1.787.341	506	4.455.709
Obrigações por repasses (ii)	2.185	3.153	2.072	152	7.562
Obrigações por operações de venda de ativos financeiros	553	459	-	-	1.012
<b>Total de captações</b>	<b>1.052.186</b>	<b>1.622.026</b>	<b>1.789.413</b>	<b>658</b>	<b>4.464.283</b>
<b>% concentração por prazo</b>	<b>23,6%</b>	<b>36,3%</b>	<b>40,0%</b>	<b>0,1%</b>	<b>100,0%</b>

(i) Depósitos Interfinanceiros com vencimentos até 27/03/2025 indexados à taxa pré-fixada que variam de 4,01% a 12,73% a.a. e pós-fixada indexado em 96% a 112,00% do CDI;

(ii) Representado por Operações BNDES, com vencimentos até 17/10/2022 à taxa pós-fixada 2,10% a.a. mais TJLP e à taxa pós-fixada de 1,70% a 1,96% a.a. mais SELIC, Operações de FINAME com vencimentos até 17/07/2023 à taxa pós-fixada de 2,10% a.a. mais TJLP, e à taxa pós-fixada de 1,40% mais SELIC, pós-fixada de 4,088% até 4,250% a.a. mais TLP - IPC, e pré-fixada de 1,30% até 19,79% a.a., garantidas por contratos.

### 10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a) Fiscais e previdenciárias:

	31/03/2020	31/12/2019
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	5.650	9.520
Impostos e contribuições a recolher	4.742	7.557
Provisões para impostos e contribuições diferidos (*)	111.819	114.326
<b>Total</b>	<b>122.211</b>	<b>131.403</b>

(\*) Refere-se, basicamente, a IR Diferido - TVM e Derivativos (vide nota explicativa nº 8 "b").

#### b) Diversas:

	31/03/2020	31/12/2019
Contingência trabalhista (nota 11)	22.982	30.024
Provisões de pessoal e administrativa	21.151	16.943
Carteira de crédito - valores a processar / liberar	17.984	29.385
Contingências fiscais (nota 11)	5.334	5.247
Obrigações por venda de ativos financeiros (nota 5e)	453	1.012
Contingência cível (nota 11)	907	767
Credores diversos	5.622	4.744
<b>Total</b>	<b>74.433</b>	<b>88.122</b>

## Notas Explicativas

### 11. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas informações trimestrais são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas movimentações no período estão demonstradas a seguir:

	<b>Fiscais e Previdenciárias (a)</b>	<b>Trabalhistas (b)</b>	<b>Cíveis (c)</b>
<b>Saldo inicial em 01/01/2020</b>	<b>5.247</b>	<b>30.024</b>	<b>767</b>
(+) Complemento líquido de reversões	20	(4.703) (*)	418
(+) Atualização	67	-	-
(-) Pagamentos	-	(2.339) (**)	(278)
<b>Saldo final em 31/03/2020</b>	<b>5.334</b>	<b>22.982</b>	<b>907</b>

(\*) Refere-se à provisão da expectativa de perda das ações em andamento, realizada pela Administração.

(\*\*) Refere-se basicamente a pagamento de acordos e condenações durante o período.

(a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial.

As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável e encontram-se no exigível a longo prazo na rubrica “Provisão para Contingências” do grupo “Outras Obrigações - Diversas”.

A Companhia possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN, no montante de R\$ 6.540 (31/12/2019 R\$ 5.799).

(b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica “Provisão para Contingências” do grupo “Outras Obrigações – Diversas”, no exigível a longo prazo (vide nota nº 10 “b”).

As ações de natureza trabalhista para as quais foram constituídas provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pela Companhia a esse título.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 2.910 (31/12/2019 R\$ 15.461) na data destas informações trimestrais.

(c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada no passivo circulante e exigível a longo prazo, na rubrica “Outras Obrigações - Diversas” (vide nota nº 10 “b”). Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 2.281 (31/12/2019 R\$ 1.879) na data destas informações trimestrais, representado principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

### 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a) Capital Social:** Está dividido em 58.736.269 (31/12/2019 58.736.269) de ações ordinárias e 44.206.287 (31/12/2019 44.206.287) de ações preferenciais sem valor nominal. É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 8% ao ano sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/04/2020, a ser homologada pelo BACEN, aprovou o aumento do capital social para R\$ 473.930 mediante incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 25.900.

**b) Dividendos:** O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26/12/1995

## Notas Explicativas

### c) Reservas de Lucros:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Reserva legal	68.459	68.459
Reservas estatutárias - aumento de capital	351.338	351.338
Reservas estatutárias - dividendos	80.021	80.021
<b>Total</b>	<b>499.818</b>	<b>499.818</b>

### d) Ações em tesouraria - programa de recompra de ações:

**d1.** O programa de recompra de ações da Companhia, iniciado em 13/11/2017, foi finalizado conforme deliberado na ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/03/2019. No âmbito do Programa foram recompradas 133.500 ações ordinárias e 108.800 ações preferenciais, das quais conforme deliberado na ata de Reunião do Conselho de Administração de 08/03/2018, houve o cancelamento, sem redução do capital social, de 6.700 ações ordinárias e 27.700 ações preferenciais, perfazendo um total de R\$ 153. Em função do cancelamento de ações ora deliberado, o capital social da Sociedade, de R\$ 423.430, passa a ser dividido em 102.942.556 (ações escriturais, sem valor nominal, das quais 58.736.269 ordinárias e 44.206.287 preferenciais, inconversíveis em ordinárias). O prazo para execução do Programa era de até 18 meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho.

**d2.** Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, alínea “h” do Estatuto Social da Companhia, 13/03/2019 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação no valor total de até R\$ 3.600, sem redução de capital social.

Poderão ser adquiridas até (a) 300.000 ações ordinárias e (b) 400.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação a qualquer instante pelo referido conselho. No 1º trimestre de 2020, foram adquiridas no âmbito do referido programa, 27.800 ações ordinárias no montante de R\$ 149 e 29.500 ações preferenciais no montante de R\$ 185.

A quantidade de ações em tesouraria em 31/03/2020 é de 154.700 ações ordinárias e 131.600 ações preferenciais, registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 1.387.

Em 31/03/2020 os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON é de R\$ 4,13, R\$ 4,39 e R\$ 5,58 e por ação PN o custo mínimo, médio e máximo é de R\$ 4,96, R\$ 5,37 e R\$ 6,40 respectivamente.

O valor de mercado dessas ações, em 28/02/2020, era de R\$ 5,63 por ação ON e R\$ 7,10 por ação PN.

## Notas Explicativas

### 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	31/03/2020	31/12/2019	1º Trimestre	
			2020	2019
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
<b>Disponibilidades</b>	<b>6.089</b>	<b>6.422</b>	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	6.089	6.422	-	-
Banco Alfa S.A.	6.089	6.422	-	-
<b>Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros (1)</b>	<b>(4.268.641)</b>	<b>(4.352.192)</b>	<b>(49.353)</b>	<b>(61.244)</b>
- Outras partes relacionadas (1)	(4.268.641)	(4.352.192)	(49.353)	(61.244)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(405.648)	(404.179)	(4.173)	(13.592)
Banco Alfa de Investimento S.A.	(3.862.993)	(3.948.013)	(45.180)	(47.652)
<b>Aquisição de ativos financeiros</b>	<b>769.500</b>	<b>789.539</b>	<b>27.475</b>	<b>28.679</b>
- Outras partes relacionadas (2)	28.283	36.478	1.526	4.047
Banco Alfa S.A.	28.283	36.478	1.526	4.047
- Outras partes relacionadas (3)	741.217	753.061	25.949	24.632
Banco Alfa S.A.	741.104	738.530	25.415	24.632
C&C Casa e Construção Ltda	113	13.861	534	-
<b>Juros sobre o capital próprio e dividendos</b>	-	<b>(7.655)</b>	-	-
- Outras partes relacionadas	-	(3.731)	-	-
Alfa Holdings S.A.	-	(518)	-	-
Consortio Alfa de Administração S.A.	-	(518)	-	-
Corumbal Participações e Administração	-	(2.695)	-	-
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	-	(3.924)	-	-
<b>Outras transações (4)</b>	<b>(575)</b>	<b>(529)</b>	<b>(3.336)</b>	<b>(3.101)</b>
- Outras partes relacionadas	(575)	(529)	(3.336)	(3.101)
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	(19)	(9)	(2)	-
Banco Alfa S.A.	(151)	(143)	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A	(358)	(377)	-	-
Hotel Transamérica Ltda.	-	-	(49)	(23)
Metro Sistemas e Informática Ltda.	-	-	(796)	(765)
Metro Táxi Aéreo Ltda.	(47)	-	(59)	(91)
Metro Tecnologia e Informática Ltda.	-	-	(2.430)	(2.222)

(1) As transações referem-se às operações envolvendo a Companhia e partes relacionadas, efetuadas a taxas compatíveis com as taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações.

(2) Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (com coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, no montante de R\$ 28.283 (31/12/2019 R\$ 36.478).

(3) Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (sem coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008.

(4) Os ressarcimentos de custos referem-se basicamente, à agenciamento de operações e sublocação de imóvel com empresas ligadas de acordo com contrato mantido entre as partes.



## Notas Explicativas

### b) Remuneração dos Administradores:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho da Administração e Diretoria.

No trimestre, o montante registrado foi de R\$ 3.168 (1º trimestre/2019 R\$ 2.931) para os membros do Conselho de Administração e Diretoria.

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

**(b.1)** Em 29/10/2018 o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019 as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber:

- Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil e risco de crédito;
- Artigo 7º: Limites – O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao Patrimônio Líquido Ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido do valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:
  - a) 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e;
  - b) 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

### c) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária em 31 de março de 2020: Ordinárias 1,875%, Preferenciais 36,800% e do total de ações 16,873%.

## 14. GERENCIAMENTO DE RISCO

### Risco Corporativo

O gerenciamento de Riscos Corporativos tem o papel de assegurar que as diretrizes da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) do Conglomerado Prudencial Alfa (“Prudencial”) sejam tempestivamente monitoradas de forma que o nível de risco assumido mantenha-se sempre em conformidade com os limites estabelecidos para cada natureza de risco.

O gerenciamento dos riscos abrange todas as áreas e colaboradores do Prudencial. Os riscos, falhas e/ou deficiências, que possam surgir decorrentes das atividades desempenhadas no Prudencial, devem ser reportados tempestivamente às áreas de controles para o tratamento adequado. O gerenciamento de riscos e de capital são supervisionados de forma integrada pela Diretoria de Riscos alinhada com as premissas e limites definidos nas Política de Gerenciamento Integrado de Riscos, Política de Responsabilidade Socioambiental e RAS, aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento integrado dos riscos é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos que além de coordenar diretamente as atividades deste processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de mitigação e gerenciamento de riscos no Prudencial. O Departamento de Gestão de Riscos se reporta ao *Chief Risk Officer* (CRO) que, por sua vez, reporta-se à Alta Administração.

Em atendimento às Resoluções nºs 4.557/2017 e 4.327/2014 do Banco Central do Brasil, o Prudencial mantém estrutura específica para o gerenciamento integrado dos riscos, para o gerenciamento do capital e para o monitoramento do risco socioambiental. A descrição das estruturas do gerenciamento integrado de riscos e do gerenciamento do risco socioambiental estão disponíveis no endereço eletrônico: [www.alfanet.com.br](http://www.alfanet.com.br) > Sobre o Alfa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

### Risco de Mercado

Tem por objetivo definir as principais diretrizes que orientam o gerenciamento do risco de mercado do Prudencial, definindo estratégias que possam identificar, avaliar e monitorar as exposições sujeitas ao risco de mercado e estabelecer limites e procedimentos que possam manter o Prudencial exposto a um nível aceitável e compatível com seus objetivos definidos na RAS (Declaração de Apetite por Riscos). O processo de monitoramento será automatizado de forma a medir, monitorar e controlar todas as operações sujeitas ao risco de mercado, gerando relatórios tempestivos para a Diretoria.

## Notas Explicativas

### Risco de Liquidez

O Prudencial deverá operar com nível de liquidez compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a esse risco. Devemos operar com um nível suficiente de liquidez para honrar prontamente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes da prestação de garantias. O Prudencial deverá manter um estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos rapidamente em caixa em situações de estresse, além de manter o perfil de sua captação adequado ao risco de liquidez de seus ativos, observando uma diversificação adequada de suas fontes de captações.

### Risco de Crédito

O Prudencial tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito em qualquer dos segmentos em que atua. Para isso devemos priorizar os segmentos mais seguros, de modo a construir uma carteira com ativos de qualidade, rentável e com baixo índice de perdas. O objetivo do gerenciamento do Risco de Crédito é o de garantir que esse princípio de prudência sejam aplicados na concessão dos limites de crédito, onde o acompanhamento das operações seja feito de maneira efetiva, e que eventuais problemas sejam identificados de forma rápida e submetidos a Diretoria para a decisão das medidas a serem tomadas.

### Risco Operacional

O Gerenciamento do Risco Operacional tem por objetivo identificar, avaliar e monitorar o risco operacional, associado aos produtos e os fluxos operacionais das principais atividades do Prudencial, avaliando-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas operacionais, inadequação de processos internos ou sistemas, deficiências ou inadequação de processos internos, sistemas ou seus colaboradores.

O processo de monitoramento também deverá contemplar a avaliação dos potenciais efeitos da interrupção parcial ou total das atividades do Prudencial, assegurando que as estratégias definidas para assegurar a continuidade das atividades críticas da instituição sejam adequadas e eficientes.

A contínua avaliação destes riscos deverá nos permitir a identificação, classificação e a documentação dos processos críticos do Prudencial, assegurando que eventuais perdas de natureza operacional sejam pouco frequentes e sem grande impacto financeiro para o Prudencial.

### Risco Socioambiental

O gerenciamento do Risco Socioambiental constitui-se de um conjunto de práticas, controles e iniciativas, com as quais o Prudencial visa resguardar-se da ocorrência de eventos que possam trazer-lhe prejuízo financeiro ou de reputação, decorrentes de transações com clientes ou fornecedores que não atendam as normas socioambientais vigentes.

## 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para atender sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para a Companhia e com a autorização do Diretor de Tesouraria.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de swap, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas e mercado interfinanceiro (DI) e correspondem somente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos tem seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor base, de custo amortizado e de valor justo.

**Notas Explicativas****a) Instrumentos financeiros derivativos:**

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Instrumentos financeiros derivativos para negociação	2.027	3.393
Instrumentos financeiros derivativos para Hedge de valor justo	(469.189)	(452.279)
<b>Total</b>	<b>(467.162)</b>	<b>(448.886)</b>
Ativo instrumento financeiro de curto prazo	6.112	6.154
Ativo instrumento financeiro de longo prazo	3.302	2.075
Passivo instrumento financeiro de curto prazo	(109.794)	(93.893)
Passivo instrumento financeiro de longo prazo	(366.782)	(363.222)
<b>Total</b>	<b>(467.162)</b>	<b>(448.886)</b>

**b) Instrumentos financeiros derivativos para negociação:**

	<u>31/03/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
	<u>Valor de referência</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor justo</u>
Pré	22.761	44.837	46.708	31.354	59.226	61.704
Mercado interfinanceiro	22.300	42.270	42.270	30.300	57.416	57.416
<b>Posição ativa</b>	<b>45.061</b>	<b>87.107</b>	<b>88.978</b>	<b>61.654</b>	<b>116.642</b>	<b>119.120</b>
Pré	22.300	45.345	47.139	30.300	59.950	62.209
Mercado interfinanceiro	22.761	39.812	39.812	31.354	53.518	53.518
<b>Posição passiva</b>	<b>45.061</b>	<b>85.157</b>	<b>86.951</b>	<b>61.654</b>	<b>113.468</b>	<b>115.727</b>
<b>Contratos de Swaps – exposição líquida</b>	<b>-</b>	<b>1.950</b>	<b>2.027</b>	<b>-</b>	<b>3.174</b>	<b>3.393</b>

**c) Instrumentos financeiros derivativos para “hedge” de valor justo:**

	<u>31/03/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
	<u>Valor de referência</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor justo</u>
Mercado interfinanceiro	3.299.142	3.667.852	3.667.852	3.116.630	3.500.960	3.500.960
<b>Posição ativa</b>	<b>3.299.142</b>	<b>3.667.852</b>	<b>3.667.852</b>	<b>3.116.630</b>	<b>3.500.960</b>	<b>3.500.960</b>
Pré	3.299.142	3.877.621	4.137.041	3.116.630	3.687.965	3.953.239
<b>Posição passiva</b>	<b>3.299.142</b>	<b>3.877.621</b>	<b>4.137.041</b>	<b>3.116.630</b>	<b>3.687.965</b>	<b>3.953.239</b>
<b>Contratos de Swaps – exposição líquida</b>	<b>-</b>	<b>(209.769)</b>	<b>(469.189)</b>	<b>-</b>	<b>(187.005)</b>	<b>(452.279)</b>

**d) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":**

	<u>31/03/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
	<u>Ativo - saldo a receber</u>			<u>Ativo - saldo a receber</u>		
	<u>Hedge de valor</u>			<u>Hedge de valor</u>		
	<u>Negociação</u>	<u>justo</u>	<u>Total</u>	<u>Negociação</u>	<u>justo</u>	<u>Total</u>
Swaps	6.896	2.518	9.414	8.229	-	8.229
	<u>31/03/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
	<u>Passivo - saldo a pagar</u>			<u>Passivo - saldo a pagar</u>		
	<u>Hedge de valor</u>			<u>Hedge de valor</u>		
	<u>Negociação</u>	<u>justo</u>	<u>Total</u>	<u>Negociação</u>	<u>justo</u>	<u>Total</u>
Swaps	(4.869)	(471.707)	(476.576)	(4.836)	(452.279)	(457.115)

## Notas Explicativas

### e) O saldo de instrumentos financeiros derivativos registrados possuíam os seguintes vencimentos:

Negociação:	31/03/2020					31/12/2019				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swaps	1.196	996	(165)	-	2.027	1.385	2.258	(250)	-	3.393
<b>Hedge de valor justo:</b>										
	31/03/2020					31/12/2019				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swaps	(21.549)	(84.325)	(204.503)	(158.812)	(469.189)	(20.870)	(70.512)	(177.586)	(183.311)	(452.279)
<b>Total instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>(20.353)</b>	<b>(83.329)</b>	<b>(204.668)</b>	<b>(158.812)</b>	<b>(467.162)</b>	<b>(19.485)</b>	<b>(68.254)</b>	<b>(177.836)</b>	<b>(183.311)</b>	<b>(448.886)</b>

### f) Os seguintes resultados foram registrados sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":

	1º Trimestre					
	2020			2019		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	168	(38.066)	(37.898)	452	(35.008)	(34.556)

### g) O ajuste de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, que reduziu o ajuste positivo da carteira de crédito, dentro da efetividade conforme regulamentação vigente, foi o seguinte:

	1º Trimestre					
	2020			2019		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	(142)	5.854	5.712	(366)	(3.645)	(4.011)

**Contabilidade de "Hedge":** A Companhia adota a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo das operações de crédito pré-fixadas em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de "hedge" a Administração tem por objetivo proteger o "spread" de suas operações de crédito. Nos termos da Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, a Companhia utilizou a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de "hedge" pela contabilidade de "hedge".

**h) Análise de sensibilidade:** Em conformidade com a instrução CVM nº. 475, de 17/12/2008, a Companhia realiza análises de sensibilidade das operações que possam expô-la a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa.

O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: **a)** situação de estresse determinada pela Companhia e aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), o qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão na data-base destas informações trimestrais; **b)** situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada e; **c)** situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo, estão sendo apresentados por exigência da instrução CVM nº 475, entretanto, referem-se a cenários que a Administração da Companhia não acredita que possam ocorrer.

31/03/2020				
Exposição	MTM - Exposição	Estresse - Alfa cenário (a)	Deterioração de 25% cenário (b)	Deterioração de 50% cenário (c)
Pré-fixada	1.246.625	(38.156)	(24.916)	(47.777)
31/12/2019				
Exposição	MTM - Exposição	Estresse - Alfa cenário (a)	Deterioração de 25% cenário (b)	Deterioração de 50% cenário (c)
Pré-fixada	1.367.303	(42.091)	(28.004)	(54.223)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.

## Notas Explicativas

### 16. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### a) Outras despesas administrativas:

	1° Trimestre	
	2020	2019
Processamento de dados	(7.478)	(7.371)
Serviços técnicos especializados	(5.759)	(1.831)
Serviços de terceiros	(3.055)	(1.241)
Aluguéis	(2.178)	(2.115)
Serviços do sistema financeiro	(1.663)	(2.093)
Propaganda e publicidade	(1.360)	(1.158)
Comunicações	(879)	(909)
Viagem	(728)	(600)
Promoções e relações públicas	(693)	(648)
Depreciação e amortização	(567)	(489)
Manutenção e conservação de bens	(288)	(275)
Água, energia e gás	(149)	(162)
Outras despesas administrativas	(1.146)	(1.092)
<b>Total</b>	<b>(25.943)</b>	<b>(19.984)</b>

#### b) Outras receitas operacionais:

	1° Trimestre	
	2020	2019
Reversão de provisão para contingências trabalhista	4.703	-
Rendas de títulos e créditos	709	4.099
Receita com portabilidade de crédito	579	198
Atualização de tributos a compensar e recuperação de depósitos judiciais	251	228
Outras rendas operacionais	113	301
<b>Total</b>	<b>6.355</b>	<b>4.826</b>

#### c) Outras despesas operacionais:

	1° Trimestre	
	2020	2019
Despesas com intermediação / equalização de contratos	(2.614)	(2.049)
Comissões	(2.625)	(1.777)
Prêmio de operações de vendas - ligadas (*)	(2.146)	(3.352)
Contingências trabalhistas	-	(5.946)
Ressarcimento de custo de origem	(571)	(863)
Contingências cíveis	(418)	(1.098)
Despesas com créditos inadimplentes	(259)	(283)
Atualização de tributos e complemento para provisão para contingências fiscais	(87)	(74)
Outras despesas operacionais (**)	(1.458)	(1.137)
<b>Total</b>	<b>(10.178)</b>	<b>(16.579)</b>

(\*) Conforme nota explicativa nº 05e refere-se ao prêmio com cessão de crédito sem coobrigação com a empresa ligada Banco Alfa S.A..

(\*\*) Inclui, basicamente despesas com indenizações trabalhistas e cíveis.

## Notas Explicativas

### d) Resultado não operacional:

	1º Trimestre	
	2020	2019
Lucro na alienação de valores e bens	41	55
Prejuízo na alienação de valores e bens	(33)	(247)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(122)	446
Outras receitas / despesas não operacionais	(6)	15
<b>Total</b>	<b>(120)</b>	<b>269</b>

### e) Contratação de seguros:

O Conglomerado tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado era composta por R\$ 90.035 (31/12/2019 R\$ 90.035) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (31/12/2019 R\$ 6.000) e R\$ 3.000 (31/12/2019 R\$ 3.000), para suprir eventuais danos ao Conglomerado.

### f) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados:

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 695, de 13/12/2012 informamos que a Companhia não mantém planos de remuneração em ações (*stock options*) e outros benefícios pós emprego a seus empregados.

## 17. ÍNDICE DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM

O BACEN, através das Resoluções nº 4.192/2013 e 4.278/2013, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Prudencial para cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente através da Resolução nº 4.193/2013, instituiu apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013.

O índice de capital para 31/03/2020 apurado nos termos das referidas Resoluções é de 19,42% (31/12/2019 20,06%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Prudencial, quando comparados aos requisitos mínimos do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10,5%. O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital do Prudencial.

	Prudencial	
	31/03/2020	31/12/2019
<b>Patrimônio de Referência – Nível I</b>	<b>2.521.661</b>	<b>2.502.336</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>2.521.661</b>	<b>2.502.336</b>
Patrimônio Líquido	2.570.929	2.546.564
(-) Ajustes Prudenciais	(49.268)	(44.228)
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>2.521.661</b>	<b>2.502.336</b>
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>12.983.325</b>	<b>12.475.342</b>
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	11.253.704	10.757.297
Risco de Mercado	532.261	502.537
Risco Operacional	1.197.360	1.215.508
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido</b>	<b>1.038.666</b>	<b>998.027</b>
<b>Valor Requerido de Adicional de Capital Principal</b>	<b>324.583</b>	<b>311.884</b>
<b>Índice de Basileia</b>	<b>19,42%</b>	<b>20,06%</b>
<b>Capital de Nível I</b>	<b>19,42%</b>	<b>20,06%</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>19,42%</b>	<b>20,06%</b>

O BACEN, através da Circular nº 3.748/2015 instituiu o Índice Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. O RA é definido como a razão entre Capital Nível I e Exposição Total.

Em 31/03/2020, o Índice de Razão de Alavancagem do Prudencial é de 15,16% (31/12/2019 15,88%).

## Notas Explicativas

### 18. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604 de 29/08/2008, apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa está constituído por:

	1º Trimestre	
	2020	2019
No início do período	110.771	898.078
Disponibilidade	7.255	10.176
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	103.516	887.902
No final do período	1.003.435	985.190
Disponibilidade	6.294	12.130
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	997.141	973.060
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	892.664	87.112

(i) Refere-se a operações cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

### 19. EVENTO SUBSEQUENTE

Desde o dia 11 de março de 2020, foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países e ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia pode ser observada a partir do início do mês de março de 2020 gerando alguns impactos negativos sobre a economia brasileira, como (i) maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio; (ii) maiores dificuldades no comércio exterior; e (iii) aumento das incertezas dos agentes econômicos.

Com o intuito de mitigar os impactos dessa crise, governos e bancos centrais do mundo todo vêm intervindo na economia de seus países e têm adotado medidas pouco convencionais em momentos de normalidade, como o fechamento de atividade econômica não essencial, ações de estímulos monetários, como a prática de juro zero, além da expansão fiscal. Entretanto, ainda não é possível afirmar em que medida essas ações amenizarão a recessão global agora prevista para 2020.

Para combater os efeitos da pandemia do novo coronavírus e das medidas de isolamento social na economia, o Banco Central aprovou um conjunto de medidas com a finalidade de aumentar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional. Dentre essas medidas, em 2 de abril de 2020, o Conselho Monetário Nacional (CMN) editou a Resolução CMN no. 4.795/20, instituindo a LTEL-LFG e autorizando o Banco Central a adquirir, no mercado primário, letras financeiras emitidas por alguns tipos de instituições financeiras, observadas as condições ali previstas e em sua regulamentação. O Conglomerado Alfa optou por utilizar esta forma de captação de recursos, cuja operacionalização deverá se dar por meio do Banco Alfa S.A., devido ao fato de ser a instituição do Conglomerado detentora de conta de reserva bancária. Para atendimento aos requisitos regulamentares, as operações de crédito elegíveis a serem dadas em garantia destas operações foram objeto de cessão de crédito entre as instituições do Conglomerado, em condições equitativas.

As atividades do Conglomerado Financeiro Alfa estão com plena capacidade operacional, equipes adequadas e prontas para atender as necessidades dos clientes. Nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde e de todas as demais autoridades federais, estaduais e municipais dos locais em que operamos. Em relação a nossas operações de crédito, a Administração, juntamente com o Comitê de Crédito, segue monitorando a Carteira de Ativos de Crédito diariamente e, até o momento, não foram verificados impactos negativos relevantes devido a renegociações ou inadimplência. Intensificamos o trabalho em home office, com pelo menos 90% dos nossos funcionários trabalhando de forma remota. O Comitê de Risco acompanha e avalia de forma consistente e tempestiva nossa alocação de capital e nossa liquidez, de forma que o Conglomerado mantém uma estrutura de Basileia confortável e adequada ao momento.

Todos os possíveis impactos relacionados à pandemia continuarão sendo monitorados de forma contínua. A Administração do Conglomerado permanece atenta a eventual agravamento da pandemia e de seus efeitos negativos sobre as economias global e local, bem como sobre os negócios e a situação de nossos clientes, dado o atual cenário de aumento no número de infectados e a possível prorrogação e adoção de medidas adicionais de isolamento social.

## **Notas Explicativas**

Não há outros eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações para as informações trimestrais do trimestre findo em 31 de março de 2020.

**ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS**  
**CONTADORA**  
**CRC 1SP 232.846/O-2**



## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da

Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de maio de 2020.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri

Contador CRC 1SP153569/O-0

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram as Informações Trimestrais da Sociedade contidas nos balancetes dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2020, na forma do artigo 163, item VI, da Lei de Sociedades por Ações.

Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

Ailton Carlos Canette

Paulo Caio Ferraz de Sampaio

Nelson Marcelino

Luiz Gonzaga Ramos Schubert

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as Informações Trimestrais contidas nos balancetes dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2020, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ocasião em que também reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, incisos V e VI e do artigo 29, parágrafo primeiro, inciso II, ambos da Instrução CVM nº 480/09 e alterações posteriores.

São Paulo - SP, 11 de maio de 2020.

Rubens Bution

Diretor Presidente

Antonio José Ambrozano Neto

Diretor

Fabio Alberto Amorosino

Diretor

Fabiano Siqueira de Oliveira

Diretor

Pedro Elias Dabbur

Diretor

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as Informações Trimestrais contidas nos balancetes dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2020, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ocasião em que também reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, incisos V e VI e do artigo 29, parágrafo primeiro, inciso II, ambos da Instrução CVM nº 480/09 e alterações posteriores.

São Paulo - SP, 11 de maio de 2020.

Rubens Bution

Diretor Presidente

Antonio José Ambrozano Neto

Diretor

Fabio Alberto Amorosino

Diretor

Fabiano Siqueira de Oliveira

Diretor

Pedro Elias Dabbur

Diretor

**Motivos de Reapresentação**

<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>
2	Alteração da nota de evento subsequente.